

Sarney, tenso e aflito, decide: não sai de Brasília.

O presidente em exercício, José Sarney, decidiu que não sai de Brasília mesmo no caso extremo de piora do estado de saúde de Tancredo Neves. Ontem, ele fez todo o esforço possível para compatibilizar a agenda oficial, os compromissos extra-oficiais e o acompanhamento do quadro clínico agravado com a nova operação de Tancredo.

À uma hora da manhã, Sarney foi acordado pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, que lhe informou sobre o movimento grevista em Brasília. Sarney voltou a dormir, autorizando o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a negociar com os motoristas de ônibus, que estão em greve. Chegou ao Palácio do Planalto às 8h30 da manhã, como sempre, reuniu-se em separado e, depois, em conjunto com os chefes do SNI, dos gabinetes Civil e Militar, e depois com o ministro do Planejamento, a quem determinou que cuide imediatamente da implementação do plano de emergência anunciado por Tancredo, com três finalidades básicas: reduzir os preços dos alimentos, criar empregos e minorar a pobreza.

Foi em seguida a vez da Comissão Contra a Violência, que pretende encontrar soluções para a criminalidade nos grandes centros urbanos, de Thomaz Nonô, deputado por Alagoas, e do vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia. Este pediu que o presidente apresse a reforma tributária, para dotar os municípios de mais recursos, mesmo antes da Constituinte.

Sarney saiu tranqüilo para o almoço no Palácio do Jaburu. As 14h15, perdeu o humor. José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil os generais Bayma Denys, do Gabinete Militar, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, tinham almoçado no restaurante do anexo do Palácio do Planalto. Na sobremesa, quando comentavam a rápida recuperação do presidente Tancredo Neves, Castelo Branco recebeu um telefonema de São Paulo informando sobre a constatação do problema da hérnia de Tancredo. Imediatamente, comunicou-se com o presidente Sarney, mas este, em nenhum momento, deixou transparecer sinais de nervosismo.

O presidente em exercício voltou ao seu gabinete de trabalho às 14h45, com oito audiências já marcadas com ministros de Estado e um governador (João Durval, da Bahia), voltou a receber o ministro da Justiça, Fernando Lyra, o líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro Alysson Paulinelli e outros políticos. "O País vive um momento de grande comoção com a necessidade da quarta operação do presidente Tancredo Neves. Mas o presidente em exercício procurou manter o seu ritmo de trabalho na normalidade, apesar da tensão natural que o invadiu", resumiu um assessor do seu gabinete.

A greve

A ordem de Sarney para conter o movimento grevista dos motoristas de ônibus de Brasília acabou determinando o ponto facultativo para o funcionalismo público já a partir de hoje. Ela foi transmitida logo na manhã de ontem, diretamente ao governador José Ornellas: negociar, mas não negligenciar.

Um intérprete da orientação do presidente em exercício diz que isto significa que o governo está atento à tentativa de aproveitamento de uma situação de tensão social para fins políticos: "O PT e a CUT, que no fundo significam o mesmo, desembarcaram em Brasília de manhã cedo, com a finalidade única de desestabilizar o governo constituído. Mas o presidente Sarney já afirmou que está consciente das responsabilidades do cargo que ocupa, mesmo temporariamente, e não permitirá que a ordem seja subvertida".

Propostas no Congresso

Assessores parlamentares de todos os ministros de Estado estão fazendo um levantamento das proposições em tramitação no Congresso, originárias de mensagem do governo ou de projetos de autoria de parlamentares.

O presidente em exercício, José Sarney, quer tomar conhecimento previamente da ordem do dia da Câmara e do Senado para que não sejam aprovadas proposições que conflitem com os objetivos da Aliança Democrática e com a filosofia na Nova República.

Ainda ontem, Sarney vetou na íntegra, o projeto de lei da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que obrigava o governo a divulgar "todo o elenco de bancos de dados existentes no País". O objetivo da deputada era de impedir que o Estado continue mantendo sob sigilo informações sobre cidadãos que, em alguns casos, não correspondem à realidade.

O veto de Sarney ao projeto tem como base sua inconstitucionalidade. Para recomendá-lo, a Consultoria Jurídica da Presidência da República esboçou os argumentos políticos (como a possível inconveniência de se abrir os arquivos militares ou do SNI) e fixou-se nos técnicos: a excessiva abrangência e imprecisão do conceito de banco de dados.

Segundo escalão

O líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, defendeu ontem o imediato provimento de todos os cargos do governo pelo presidente em exercício José Sarney, inclusive o governo do Distrito Federal, com a ressalva de que aqueles que forem investidos das funções agora deverão ser ou não confirmados por Tancredo Neves quando ele assumir a Presidência da República.

No Senado, o vice-líder pedessista Octávio Cardoso (RS) condenou os critérios seguidos para a nomeação no segundo escalão, afirmando que o presidente de um partido (numa alusão indireta a Ulysses Guimarães) assume ares de primeiro-ministro para selecionar os nomes e levá-los ao presidente em exercício, José Sarney. Para o representante gaúcho, o que está ocorrendo é uma inversão total. Ele disse esperar que Sarney não aceite esse tipo de escolha e de "partilha de sua própria autoridade".

Já alguns políticos da Frente Liberal acham que Sarney "está agindo sem coerência e preferindo agradar os governadores em detrimento dos parlamentares".